

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	10462/2023
Data do Início	18/05/2023
Folha	
Rubrica	

REF: Recurso da empresa SUNO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA referente ao Pregão Presencial 15/2023 - SMS

À Procuradoria Geral do Município,

Sobre o recurso apresentado pela empresa **SUNO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, que considera imperfeita a decisão da pregoeira.

I – DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso encontra-se tempestivo na forma da lei.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

A empresa recorrente contesta a decisão alegando, resumidamente:

- a incorreta habilitação da empresa vencedora.

III – DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS

A empresa **SUNO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, em síntese argumenta que, supostamente, houve conduta equivocada da Comissão em autorizar a retificação de validade de proposta da empresa Recorrida, assim como a correção do total global da proposta e a correção do número da inscrição municipal, hipoteticamente violando o item 08.1.2 do edital do certame.

Desta forma, a Recorrente solicita a desclassificação da empresa consagrada vencedora.

Vejamos o item do edital indicado pela Recorrente:

“08.1.2 – A proposta deverá ser apresentada devidamente assinada, não podendo conter emendas, rasuras ou entrelinhas de qualquer natureza, e devidamente preenchida com os preços unitários e subtotal em algarismos.”

Verificando os pontos abordados na peça recursal, é de extrema importância ressaltar que todos os vícios apresentados na fase de habilitação foram vícios sanáveis e de fácil constatação, sendo facultado ao Pregoeiro realizar diligências para complementar ou esclarecer eventuais dúvidas ou vícios sanáveis, assim como consta no item 19.8 do mesmo edital, que não fora mencionado pela Recorrente. Segue:

“19.8 – É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.”

Ainda, sobre a correção do total global da proposta, destacamos o que traz o item 08.2.1 do referido edital, também não observado pela Recorrente:

“08.2.1 – Quando for verificado erro de soma, subtração, multiplicação ou divisão, o resultado corrigido será o considerado.”

Resta claro que, balizada no princípio do formalismo moderado, no qual vícios sanáveis serão retificados em sessão e, amparados pelos acórdãos 1211/2021 e 966/2022 TCU, visando priorizar o interesse público e a economicidade, a Pregoeira disponibilizou o esclarecimento dos pontos indicados.

Corroborando com o artigo 43, da Lei 8666/93, vejamos:

“Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:
§3º. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”

Ainda, de acordo com o entendimento pacífico do Tribunal de Contas da União, o dispositivo legal não veicula uma simples discricionariedade ao gestor público, mas sim um verdadeiro dever de ação nas situações em que a diligência se mostrar necessária e adequada. É pacífico o entendimento do Tribunal de que falhas sanáveis, meramente formais, identificadas nas propostas, não devem levar necessariamente à inabilitação, cabendo à Comissão promover as diligências destinadas à esclarecer dúvidas ou complementar o processamento do certame.

É o sentido que se extrai do Acórdão 2.521/2003-TCU-Plenário, in verbis:

“atente para o disposto no art. 43, §3º, abstendo-se, em consequência, de inabilitar ou desclassificar empresas em virtude de detalhes irrelevantes ou que possam ser supridos pela diligência autorizada por lei”.

V – DAS CONTRARRAZÕES

Transcorrido o prazo para contrarrazões, nenhuma empresa se manifestou.

VI – CONCLUSÃO

No mérito específico das razões recursais apresentadas pela empresa **SUNO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, essa especializada opina pelo **INDEFERIMENTO**.

Ainda, submeto o presente recurso à apreciação desta D. Procuradoria, e após, à manifestação da Secretaria Requisitante.

Em 24/05/2023.

NATHÁLIA BORGES
Matr. 111.813

DE ACORDO

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS
Pregoeira